

# 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO

# 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO

## 1.1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A dinâmica demográfica pode ser caracterizada, de forma global, através da velocidade com que o processo de crescimento da população se desenvolve e das condições de equilíbrio a que ele conduz. Essa velocidade é representada pela taxa de crescimento populacional que, por sua vez, pode ser decomposta na componente vegetativa (nascimentos e óbitos) e na componente migratória (imigração e emigração). O equilíbrio final, então, resulta das relações entre essas diversas componentes e as dimensões dos grupos a que elas se aplicam.

A Tabela 1.1 apresenta as populações do Brasil, da Região Nordeste e do Estado de São Paulo, segundo os 5 últimos recenseamentos gerais, realizados a partir de 1940. Já na Tabela 1.2 temos as taxas de crescimento observadas em cada período, para cada uma dessas áreas.

O crescimento da população brasileira durante o período 1960/70 foi intenso, não diferindo muito do ocorrido na década anterior, com taxas de crescimento próximas dos 3%.

Observa-se no período compreendido entre 1940 e 1980, a permanência de altas taxas de natalidade da população brasileira, bem como níveis descendentes da mortalidade geral, conforme mostra a tabela 1.3.

TABELA 1.1

POPULAÇÃO RESIDENTE DO BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO,  
POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO OS ANOS DE REFERÊNCIA

ANOS DE REFERÊNCIA	POPULAÇÃO RESIDENTE (1 000 pessoas)								
	Brasil			Região Nordeste			Estado de São Paulo		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940(1) .....	41 236,3	12 880,2	28 356,1	14 434,1	3 381,2	11 052,9	7 180,3	3 168,1	4 012,2
1950(1) .....	51 944,4	18 782,9	33 161,5	17 973,4	4 744,8	13 228,6	9 134,4	4 804,2	4 330,2
1960 .....	70 070,5	31 303,0	38 767,4	22 181,9	7 516,5	14 665,4	12 809,2	8 019,7	4 789,5
1970 .....	93 139,0	52 085,0	41 054,1	28 111,9	11 753,0	16 359,0	17 771,9	14 276,2	3 495,7
1980 .....	119 002,7	80 436,4	38 566,3	34 812,4	17 566,8	17 245,5	25 040,7	22 196,4	2 844,3

FONTE - IBGE. Censos Demográficos.

(1) Os dados se referem a população presente.

TABELA 1.2

TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO, SEGUNDO OS PERÍODOS

PERÍODOS	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (%)		
	Brasil	Região Nordeste	Estado de São Paulo
1940 a 1950 .....	2,39	2,27	2,50
1950 a 1960 .....	2,99	2,08	3,39
1960 a 1970 .....	2,89	2,50	3,33
1970 a 1980 .....	2,48	2,76	3,49

FONTE - IBGE. Censos Demográficos.

TABELA 1.3

TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL E SUAS TAXAS COMPONENTES, SEGUNDO OS PERÍODOS  
BRASIL

PERÍODOS	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (‰) (N-M+I)	COMPONENTES DA TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (‰)			
		Taxa de natalidade (N)	Taxa de mortalidade (M)	Taxa de crescimento vegetativo (N-M)	Taxa de migração líquida (I)
1940 a 1950 ...	23,9	44,4	20,9	23,5	0,4
1950 a 1960 ...	29,9	43,2	14,2	29,0	0,9
1960 a 1970 ...	28,9	38,7	9,8	28,9	0,0
1970 a 1980 ...	24,8	33,0	8,2	24,8	0,0

FONTE - IBGE. Censos Demográficos.

No último decênio, constatou-se, no entanto, uma diminuição dos níveis de fecundidade da mulher brasileira em todas as regiões (Tabela 1.4), refletindo-se na queda da taxa de crescimento da população que ficou em torno de 2,48%. Conforme pode ser visto pelos dados da Tabela 1.3, o crescimento da população brasileira é resultante tão somente da diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade, uma vez que as correntes migratórias vindas do exterior, que tiveram alguma importância no final do século passado e início deste, deixaram praticamente de existir a partir do início da primeira guerra mundial, não tendo assim influência na sua composição.

TABELA 1.4  
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE E  
ESTADO DE SÃO PAULO, SEGUNDOS ANOS

ANOS	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (1)		
	Brasil	Região Nordeste	Estado de São Paulo
1970 .....	5,8	7,5	3,9
1980 .....	4,4	6,1	3,2

FONTE - IBGE. Censos Demográficos.

(1) - A taxa de fecundidade total fornece uma estimativa do número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher, em uma coorte hipotética de mulheres que tiveram seus filhos de acordo com um conjunto de taxas de fecundidade por idade e que não estiveram expostas a riscos de mortalidade.

Já, a Região Nordeste e o Estado de São Paulo apresentam padrões diferenciados de crescimento populacional. Enquanto, na primeira, a taxa de crescimento diminuiu no período

1970/1980, em São Paulo, ao contrário, houve um ligeiro aumento (Tabela 1.2). Este menor crescimento do Nordeste não é consequência de uma fecundidade baixa, como à primeira vista se poderia pensar, mas sim das altas taxas de emigração desta Região para o restante do País, principalmente para São Paulo. A título de ilustração, tem-se na Tabela 1.5, os movimentos migratórios para o Nordeste e São Paulo, a partir de 1940.

TABELA 1.5  
POPULAÇÃO MIGRANTE E SALDO MIGRATÓRIO DA REGIÃO NORDESTE E  
ESTADO DE SÃO PAULO, SEGUNDO OS ANOS

ANOS	POPULAÇÃO MIGRANTE				SALDO MIGRATÓRIO	
	Imigrantes		Emigrantes		Região Nordeste	Estado de São Paulo
	Região Nordeste	Estado de São Paulo	Região Nordeste	Estado de São Paulo		
1940..	786 137	726 238	1 423 558	231 300	-637 421	494 938
1950..	983 562	1 064 037	1 919 683	507 235	-936 121	556 802
1960..	1 415 213	1 831 112	3 672 219	964 634	-2 257 006	866 478
1970..	1 638 862	3 186 223	5 149 719	1 269 579	-3 510 857	1 916 644
1980..	2 260 243	6 005 666	7 850 957	1 451 536	-5 590 714	4 554 130

FORNE - IBGE. Censos Demográficos.

Os dados são, por si sô, bastante esclarecedores, visto que, enquanto para o Nordeste há um aumento contínuo do número de nordestinos residindo fora de sua região de nascimento chegando em 1980 a representar cerca de 24%, São Paulo ao contrário, em função do processo de desenvolvimento que historicamente ocorreu nessa região, tem sido uma área de grande atração migratória, principalmente de nordestinos.

Esta grande perda de população por parte do Nordeste, em consequência da emigração, se reproduz na sensível mo dificação observada nos índices de participação populacional des ta Região no total da população brasileira. No início do século, esta participação era de 40%, hoje, conforme mostra a Tabela 1.6, é de 29,3%. Por outro lado, São Paulo vê aumentar este índice ao longo das últimas décadadas, atingindo a cifra de 21,0%.

TABELA 1.6  
PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE DA REGIÃO NORDESTE E  
ESTADO DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO À DO BRASIL,  
SEGUNDO OS ANOS

ANOS	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM RELAÇÃO À DO BRASIL	
	Região Nordeste	Estado de São Paulo
1940 .....	35,0	17,4
1950 .....	34,6	17,6
1960 .....	31,7	18,3
1970 .....	30,2	19,1
1980 .....	29,3	21,0

FONTE - IBGE. Censos Demográficos.

Por último, cabe destacar o processo de redução da população jovem e consequente elevação na de adultos e de ido-sos, principalmente a partir da última década que, como foi visto, está intimamente vinculado à diminuição do nível de reprodução da mulher brasileira, fenômeno este que vem ocorrendo com intensidade diferenciada em todas as regiões brasileiras. Nesse sentido, a Tabela 1.7 indica que a proporção de pessoas acima de 50 anos vem crescendo gradativamente independente do sexo. Por outro lado, a proporção de menores de 14 anos no Brasil, que em 1960 era de 42,7%, declina para 38,2% em 1980, queda essa que é

mais acentuada em São Paulo (38,3% para 33,0%) cujos níveis mais baixos refletem um declínio historicamente anterior das taxas de fecundidade. Já na Região Nordeste, além da proporção de menores ser ainda bastante elevada, o declínio da mesma entre 1960 e 1980 é praticamente irrelevante (44,4% para 43,3%), o que pode ser explicado por padrões de fecundidade ainda altos, embora declinantes, e possivelmente pela seletividade, em termos de idade, da emigração dos nordestinos para outras regiões do País.

TABELA 1.7  
 PERCENTAGENS DA POPULAÇÃO RESIDENTE PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE  
 E ESTADO DE SÃO PAULO POR ANOS,  
 SEGUNDO O SEXO E OS GRUPOS DE IDADE

SEXO E GRUPOS DE IDADE	PERCENTAGENS DA POPULAÇÃO RESIDENTE								
	Brasil			Região Nordeste			Estado de São Paulo		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
TOTAL ....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 anos..	42,7	42,1	38,2	44,4	45,3	43,3	38,3	36,7	33,0
15 a 49 anos .	47,2	47,2	49,6	45,4	44,3	44,9	50,3	51,1	53,8
50 anos e mais .....	10,1	10,7	12,2	10,2	10,4	11,8	11,4	12,2	13,2
HOMENS ...	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 anos..	43,2	42,6	38,8	45,6	46,4	44,6	38,3	37,0	33,4
15 a 49 anos .	46,6	46,7	49,3	44,0	43,0	43,7	50,2	51,1	54,0
50 anos e mais .....	10,2	10,7	11,9	10,4	10,6	11,7	11,5	11,9	12,6
MULHERES..	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 14 anos..	42,1	41,6	37,6	43,2	44,2	42,4	38,4	36,5	32,7
15 a 49 anos .	47,9	47,7	49,9	46,8	45,6	45,7	50,4	51,1	53,5
50 anos e mais .....	10,0	10,7	12,5	10,0	10,2	11,9	11,2	12,4	13,8

FONTE - IBGE. Censos Demográficos.



## 1.2 - EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO

Uma outra variável a ser abordada refere-se ao crescimento urbano das regiões sob estudo, que constitui um dos aspectos do crescimento demográfico de significado mais importante das últimas décadas.

Esse crescimento tem se processado, frequentemente, de forma desordenada e não racional, criando uma série de problemas colaterais que muitas vezes retiram o significado de vantagem econômica e social em que o processo de urbanização poderia se constituir, para transformá-lo em um fenômeno desequilibrado no sentido social.

Assim, a forma como o processo de urbanização vem ocorrendo no País, em vez de ser um fenômeno controlado e consciente, capaz de produzir cidades com níveis satisfatórios de qualidade de vida, vem se tornando um elemento de desvirtuamento da paisagem urbana, pondo em perigo os recursos naturais, a pureza atmosférica e o equilíbrio ecológico do meio ambiente.

As proporções da população urbana para cada região são mostradas na Tabela 1.8 calculadas a partir dos dados constantes na Tabela 1.1.

Antes, no entanto, de se fazer uma análise sumária sobre estes resultados, há que ter em mente que o critério de classificação da população em urbana e rural, geralmente utilizado e adotado nos censos brasileiros, é um critério puramente administrativo que não se presta, por isso mesmo, para uma análise rigorosa. De um recenseamento para outro, o aumento da população urbana sofre distorções decorrentes de ações políticas e administrativas que, arbitrariamente, transformam distritos rurais em urbanos, dividem municípios fazendo surgir repentinamente novas áreas urbanas, de caráter inteiramente artifi-

cial sem as características mínimas de uma verdadeira cidade. Assim, o crescimento urbano, medido pelo acréscimo da população urbana recenseada, não corresponde, em muitos casos, a uma realidade concreta do processo de urbanização. Por esse motivo, a solução desejável para se analisar o processo de urbanização seria adotar procedimentos internacionalmente reconhecidos, a exemplo de se considerar como população urbana os habitantes de cidades de 10.000 ou 20.000 habitantes e mais, e como rurais os que vivem propriamente no campo e nas cidades, vilas ou povoados com população inferior ao tamanho estipulado. De acordo com este critério, a proporção da população urbana em municípios com mais de 10.000 habitantes era de 44% em 1970, passando para 55,6% em 1980, valores estes bastante inferiores aos encontrados através do critério tradicional conforme veremos a seguir. No entanto, como não se objetiva aqui um estudo aprofundado do crescimento da população urbana e suas causas, e sim indicar, apenas, as tendências gerais desse processo, será utilizada a classificação usual, sem no entanto, perder-se de vista as restrições acima mencionadas.

Conforme pode ser visto na Tabela 1.1 a população rural brasileira era superior à urbana em todos os Censos Demográficos realizados até 1960. Em 1940, havia 15,5 milhões de pessoas a mais residindo em áreas rurais, valor este que se estreitou para 7,5 milhões quando da realização do Censo de 1960. Já o Censo de 1970 acusou uma população urbana superior à rural, representando 55,9% do total. Entre 1970 e 1980, o efetivo urbano se torna 2,1 vezes maior que o rural, resultado de um aumento absoluto de 28,4 milhões no primeiro e uma perda de 2,5 milhões no segundo. Note-se que houve uma diminuição de 6% no contingente rural durante a década de 70, que se reduziu em termos absolutos a um valor menor do que o encontrado em 1960.

A evolução demográfica verificada para o Brasil como um todo tende a se reproduzir, embora com intensidade maior,

quando se considera São Paulo e, em menor escala, a Região Nordeste.

TABELA 1.8  
PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO  
RESIDENTE, PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO DE  
SÃO PAULO, SEGUNDO OS ANOS

ANOS	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO RESIDENTE		
	Brasil	Região Nordeste	Estado de São Paulo
1940 .....	31,3	23,4	44,2
1950 .....	36,2	26,4	52,6
1960 .....	44,7	33,9	62,6
1970 .....	55,9	41,8	80,3
1980 .....	67,6	50,5	88,6

FONTE - IBGE. Censos Demográficos.

São Paulo, como se sabe, foi onde se deu historicamente a decolagem do processo de desenvolvimento do Brasil, traduzido nos indicadores de crescimento industrial. É principalmente este Estado que irá refletir as mudanças originadas pela consolidação das formas modernas de produção, de tal maneira que essa área vai paulatinamente concentrando recursos, meios de produção e crescentes contingentes populacionais, via migração interna de outras regiões do País, em especial do Nordeste.

À Região Nordeste coube uma situação extremamente desfavorável durante todo este período, visto que já era uma Região em decadência econômica desde o século passado com as crises periódicas de produção de açúcar e algodão. A partir dos

anos 30 do século atual, com o avanço da industrialização no centro-sul (em especial em São Paulo), o empobrecimento relativo do Nordeste acentuou-se e teve início um intenso processo de migrações para os centros urbanos e industriais do sudeste brasileiro.

É dentro deste contexto, que se explica, por um lado, que já em 1950 a proporção da população urbana em São Paulo fosse superior à rural, representando 52,6% do total, proporção esta que passa para 88,6% em 1980.

O Nordeste, que em 1950 tinha uma proporção de população residindo nas cidades, bem abaixo da média nacional, apenas 26,4%, somente a partir da década de 1960 experimenta a intensificação do processo de urbanização, de tal modo que, em 1980, a população urbana já supera a rural (50,5%). O crescimento urbano no Nordeste, nas últimas décadas, está ligado à expansão da produção capitalista e à necessidade de criação de novos mercados, o que originou políticas de desenvolvimento, com a criação de incentivos para ocupação agropecuária e industrial e surgimento de alguns pólos setoriais de produção industrial. Assim, mesmo mantendo uma situação de pobreza relativa já crônica, o Nordeste alcançou, nesses últimos 20 anos, taxas de crescimento econômico tão altas quanto o conjunto nacional, tendo inclusive superado a média na década de 70. Do ponto de vista das transformações estruturais do aparelho produtivo, a participação da indústria no conjunto da atividade econômica cresceu mais no Nordeste do que no País como um todo, crescimento este estreitamente integrado com os mercados do centro-sul, fenômeno que igualmente abrange os segmentos da agricultura de exportação e de substituição de importações em âmbito nacional.

No entanto, todo este crescimento verificado na Região não foi suficiente para reter sua população, uma vez que os investimentos predominantes na indústria e na agropecuária nor

destina não se vinculavam diretamente ao desenvolvimento de um mercado interno regional. Essa situação se agrava quando se considera que a política de incentivos fiscais privilegia setores que tecnologicamente dependem de investimentos intensivos de capital, o que não favorece a ampliação necessária do mercado de trabalho. O mercado de trabalho urbano no Nordeste, por outro lado, está constantemente pressionado pelas migrações rurais, pois, no campo, a destruição de culturas alimentares e o enfraquecimento da agricultura familiar de subsistência foram a contrapartida da expansão dos investimentos e de sua concentração nas atividades extrativas e agropecuárias para exportação.

Assim, no que se refere ao aspecto econômico, foram obtidos resultados satisfatórios quanto ao comportamento das taxas de crescimento do PIB, o mesmo não se podendo afirmar de um ponto de vista mais estritamente social onde os resultados obtidos são ainda modestos, pois sabe-se que, no ano de 1980, dois terços da classe trabalhadora nordestina tinha renda igual ou inferior ao salário mínimo.

Uma outra forma de se avaliar o impacto das transformações econômicas e sociais sobre as condições de vida da população pode ser deduzida através dos indicadores de mortalidade, principalmente a mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascimento, o que será visto no item que se segue.

### 1.3 - EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE AO LONGO DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS

As Tabelas 1.9 e 1.10 apresentam, respectivamente, os valores da esperança de vida ao nascer e da probabilidade de morte antes de completar um ano de idade para as regiões em estudo. É fácil entender os comentários precedentes, quando se

olha os resultados mostrados nessas tabelas.

TABELA 1.9  
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE  
E ESTADO DE SÃO PAULO, SEGUNDO OS ANOS

ANOS	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (anos)		
	Brasil	Região Nordeste	Estado de São Paulo
1940 .....	41,5	38,7	42,5
1950 .....	45,5	38,9	50,4
1960 .....	51,6	41,0	59,6
1970 .....	53,5	45,5	58,9
1980 .....	60,0	51,0	64,5

FONTE - IBGE. Censos Demográficos.

Quando se focaliza o Brasil como um todo, verifica-se terem ocorrido grandes reduções nos níveis de mortalidade nos últimos 40 anos, passando o valor da esperança de vida de 41,5 anos (em meados da década de 30) para 60,0 anos (em meados da década de 70).

No entanto, quando se focaliza a tendência histórica da mortalidade constata-se que estes ganhos não ocorreram de forma homogênea, pelos diferentes espaços regionais. Assim, a população nordestina, neste período, teve apenas um aumento de 11,3 anos na sua esperança de vida, contra 22 anos verificados para a população de São Paulo.

Estes resultados, de uma certa maneira, relativizam bastante as conquistas econômicas alcançadas durante o período para a população nordestina uma vez que, em termos de quali-

dade de vida, os ganhos nos índices de mortalidade foram de alcance reduzido e parecem dissociados do ritmo das transformações econômicas nas últimas décadas.

TABELA 1.10  
 PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO  
 DE VIDA PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO  
 DE SÃO PAULO, SEGUNDO OS ANOS

ANOS	PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO DE VIDA(°/°°)		
	Brasil	Região Nordeste	Estado de São Paulo
1940 .....	163,6	176,4	157,7
1950 .....	146,4	175,2	124,9
1960 .....	121,1	166,0	89,0
1970 .....	113,8	146,3	92,6
1980 .....	88,0	124,5	71,0

FONTE - IBGE. Censos Demográficos .

Por outro lado, vê-se como é ainda extremamente elevada a mortalidade de menores de 1 ano no Nordeste, pois de cada 1 000 crianças nascidas vivas, cerca de 124 morrem antes de completar o primeiro ano de vida, índice bem acima da média nacional que é 88°/°°. Para São Paulo, essa probabilidade é de 71°/°° valor este ainda bastante elevado, tendo em vista os níveis atuais de mortalidade infantil observados para os países mais desenvolvidos, que se encontram em torno de 20°/°°.

## 1.4 - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA POPULAÇÃO

Em seguida à discussão acerca da distribuição e evolução populacional nas regiões consideradas por este perfil, procura-se fornecer um quadro atual da situação econômica e social dessas populações, enfatizando as características relacionadas com a educação e o rendimento pessoal.

Os aspectos que se referem à educação fornecem indicadores adequados para que se possa avaliar as condições de evolução social e cultural dos diversos segmentos populacionais. Sobretudo em relação à investigação das condições de saúde da população, no sentido proposto neste trabalho, os níveis e padrões educacionais podem ser considerados como elementos condicionantes dos comportamentos, percepções e decisões das pessoas em função dos chamados problemas de saúde, tanto a nível individual como familiar. Nesta medida, a apreciação das taxas de alfabetização e do nível de escolaridade da população pode resumir o quadro necessário de informações sobre as características educacionais das populações em estudo.

A Tabela 1.11 contém os valores das taxas de alfabetização em 1981. Através de informações retrospectivas, suficientemente conhecidas pelo público interessado, sabe-se que, no Brasil, as taxas de alfabetização vêm crescendo constantemente nas últimas décadas, embora a proporção de analfabetos ainda seja consideravelmente elevada. Por outro lado, persistem e, em certa medida, agravaram-se os diferenciais nas taxas de alfabetização e escolarização em geral entre as diversas regiões brasileiras. A apresentação dos resultados referentes ao ano de 1981 permite algumas rápidas considerações dentro desse contexto de preocupações.

Os dados mostram os diversos níveis de diferen-



ciação existentes em relação aos grupos de idade, à situação do domicílio e às unidades regionais consideradas.

TABELA 1.11

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 7 ANOS OU MAIS DE IDADE,  
PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO,  
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E OS GRUPOS DE IDADE  
1981

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADE	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 7 ANOS OU MAIS DE IDADE(1)		
	Brasil(2)	Região Nordeste	Estado de São Paulo
TOTAL .....	75,1	54,7	87,3
7 a 9 anos .....	49,3	23,6	72,0
10 a 14 anos .....	80,0	58,1	95,3
15 anos e mais ...	77,2	58,6	87,5
URBANA .....	82,5	67,8	88,3
7 a 9 anos .....	59,4	35,3	73,7
10 a 14 anos .....	88,1	72,8	95,8
15 anos e mais ...	84,0	71,0	88,6
RURAL .....	56,0	39,2	76,3
7 a 9 anos .....	29,8	12,2	58,7
10 a 14 anos .....	63,5	42,5	91,5
15 anos e mais ...	58,2	42,9	75,2

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Taxa de alfabetização =  $\frac{\text{população residente alfabetizada em cada grupo de idade ou situação do domicílio}}{\text{população residente em cada grupo de idade ou situação do domicílio}} \times 100$

(2) Exclui a população residente rural da Região Norte.

No que toca aos grupos de idade, as taxas de alfa

betização mostram-se claramente ascendentes a partir do grupo 7 a 9 anos, atingindo os valores mais elevados para o conjunto do Brasil e o Estado de São Paulo no grupo 10 a 14 anos. Essa característica, que não é observada na Região Nordeste, parece revelar a prevalência de maiores oportunidades de alfabetização recente para as pessoas em idade de escolarização, tendo em vista que as pessoas atualmente com 15 anos e mais, na época de sua infância ou juventude devem ter tido oportunidades mais limitadas de acesso aos meios de alfabetização. Como essa situação é nitidamente visualizada em uma região desenvolvida como São Paulo, pode-se atribuir sua origem a dois tipos de causas, sendo uma associada à intensidade das mudanças sociais e educacionais recentes em áreas como São Paulo, e outra, associada às possíveis desvantagens, em termos educacionais, da força de trabalho adulta que vem migrando há décadas das regiões mais atrasadas (como o Nordeste) para as mais adiantadas (como São Paulo).

Os diferenciais urbano rurais apresentam-se ainda bastante expressivos no Brasil, sobretudo na Região Nordeste, onde a taxa de alfabetização da população rural em 1981 atingia apenas 39,2% contra 67,8% entre a população urbana. No caso da população rural do Nordeste os níveis de alfabetização são tão baixos que mesmo entre a população em idade de escolarização, como o grupo 10 a 14 anos de idade, a taxa de alfabetização situa-se em torno de 42%. Da mesma forma, apesar dos níveis de alfabetização serem bem mais elevados entre a população urbana, alguns resultados encontrados demonstram que continuam existindo importantes segmentos populacionais urbanos à margem dos processos sociais e educacionais, como bem o ilustra o fato da taxa de alfabetização do grupo urbano de 7 a 9 anos de idade, em São Paulo, situar-se na faixa de 73% (27% de analfabetos) e, na Região Nordeste, na faixa de 35% (65% de analfabetos).

Pelo que já foi assinalado, percebe-se que as di-

ferenciações regionais nas condições de alfabetização da população acompanham as características gerais do desenvolvimento desigual das regiões brasileiras. Assim, enquanto em São Paulo 87,3% da população de 7 anos e mais é alfabetizada, no Nordeste essa proporção cai para 54,7%. Desagregando essa informação para cada grupo de idade os diferenciais permanecem significativos, seja no grupo 7 a 9 anos (23,6% no Nordeste contra 72,0% em São Paulo), seja no grupo 10 a 14 anos (58,1% no Nordeste contra 95,3% em São Paulo). Nesse sentido, percebe-se que, de um lado os níveis atuais de alfabetização da população nordestina decorrem das condições deficientes de escolarização existentes no passado, de outro, na medida em que essas condições continuam sendo precárias, reproduzem entre a população atualmente em idade escolar os baixos níveis de alfabetização prevalentes historicamente na Região.

Através da Tabela 1.12 é possível verificar os níveis de escolaridade da população urbana, que é o segmento a ser preferencialmente investigado no presente perfil.

Os dados mostram que esta parcela da população apresenta naturalmente níveis de escolaridade extremamente superiores aos referentes à população rural. Para se ter uma simples idéia dessas diferenças basta destacar o fato de que, para o Brasil, enquanto nas áreas urbanas a proporção de pessoas de 10 anos e mais sem instrução e com menos de 1 ano de estudo é de 16,1%, nas áreas rurais atinge 41,8%.

A distribuição da população urbana por anos de estudo revela-se de certa forma regular, observando-se apenas um aumento na proporção referente ao grupo com 8 anos e mais de estudo que, segundo o Censo de 1970, era de 15,7% e, em 1981, passou a 23,8%. Os diferenciais segundo o sexo são praticamente insignificantes independentemente da região considerada, po-

TABELA 1.12

PERCENTAGENS DA POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA DE 10 ANOS OU MAIS PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO  
1981

GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO	PERCENTAGENS DA POPULAÇÃO RESIDENTE URBANA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE								
	Brasil			Região Nordeste			Estado de São Paulo		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano .....	16,1	14,5	17,5	27,3	27,4	27,2	12,5	10,3	14,7
1 a 3 anos .....	24,0	24,7	23,3	26,9	28,0	25,9	22,6	23,2	22,1
4 anos .....	19,4	19,7	19,3	12,9	12,7	13,1	25,3	25,3	25,2
5 a 7 anos .....	16,4	16,7	16,1	14,6	14,3	14,9	14,0	14,9	13,2
8 anos ou mais .....	23,8	24,1	23,5	18,0	17,3	18,6	25,4	26,1	24,6
Anos de estudo não determinados e sem declaração..	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

dendo-se unicamente especular que em São Paulo o nível de escolaridade do sexo feminino é ligeiramente desfavorável em relação ao do masculino, situação que não é válida para a Região Nordeste.

A análise a nível regional mostra uma nítida vantagem do nível de instrução da população urbana de São Paulo em relação à do Nordeste. As diferenciações são mais contundentes na base, tendo em vista que, na Região Nordeste, 27,3% da população urbana não tem instrução ou tem menos de 1 ano de estudo, enquanto em São Paulo essa proporção é de apenas 12,5%. A distribuição pelos anos de estudo seguintes apresenta resultados diferenciados, salientando-se que, enquanto em São Paulo 64,7% da população de mais de 10 anos tem o curso primário completo (4 anos e mais de estudo), no Nordeste essa proporção não ultrapassa a 45,5%. Da mesma forma, embora em níveis mais baixos, a vantagem para São Paulo, no que se refere à população de 8 anos e mais de estudo, não deixa de ser significativa, atingindo 25,4% contra 18,0% na Região Nordeste.

Os índices de alfabetização e o nível de instrução da população são indicadores educacionais que permitem visualizar um quadro geral de profundas diversidades econômicas e regionais no País, diversidades essas que podem ser melhor detalhadas quando se coloca a questão dos padrões de distribuição de rendimentos da população brasileira.

O perfil da distribuição de rendimentos da população economicamente ativa, em 1981, não registra alterações significativas nos padrões recentes de distribuição de rendimentos no Brasil. A proporção de pessoas ganhando até 1 salário mínimo, que vem declinando no decorrer da década de 70, segundo os dados dos Censos de 70 e 80 e das PNADs realizadas no período, atinge cerca de 32% da PEA brasileira, valor ainda bastante ele

vado. Entre a PEA urbana essa proporção é de 25%, enquanto na rural chega a 54%, diferencial que naturalmente se prende à dinâmica do mercado de trabalho urbano-industrial e consequentemente à escala salarial das atividades urbanas. A nível regional, enquanto São Paulo tem menos de 17% da PEA recebendo até 1 salário mínimo, a Região Nordeste chega a 54%, sendo essa proporção em sua PEA urbana também bastante elevada, em torno de 43%. Desse modo, a distribuição dos rendimentos da PEA na Região Nordeste indica uma forte concentração nos grupos mais baixos, com quase 80% da PEA recebendo até 2 salários mínimos, fenômeno esse que não encontra correspondência na PEA de São Paulo, onde os grupos com mais de 2 salários mínimos perfazem 56% da PEA com rendimentos. (Tabela 1.13).

A distribuição da população economicamente ativa por classes de salário mínimo, em 1981, ressalta, ainda uma vez, as desigualdades regionais no desenvolvimento econômico brasileiro, da mesma forma que os outros indicadores apresentados, tanto no âmbito das variáveis demográficas como das sócio-econômicas (distribuição e crescimento populacional, esperança de vida e educação, entre outros).

A nível da apropriação pessoal da renda, uma informação suplementar que traz elementos importantes para a discussão do problema diz respeito à distribuição dos rendimentos segundo os decis e percentis de renda.

A distribuição da população economicamente ativa por decis e percentis indica o valor relativo de apropriação da renda para cada grupo da PEA, considerado a partir dos 10% mais pobres até os 10%, 5% e 1% mais ricos. Nesse sentido, a Tabela 1.14 expressa fundamentalmente a apropriação da renda pelos diferentes estratos da PEA e em decorrência os níveis de concentração dos rendimentos.

TABELA 1.13

PERCENTAGENS DA POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTOS PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL - 1981

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL	PERCENTAGENS DA POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTOS								
	Brasil (1)			Região Nordeste			Estado de São Paulo		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
TOTAL(2) .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 salário mínimo .....	14,1	10,3	26,4	28,6	20,4	38,9	5,6	5,3	8,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo...	18,0	14,9	28,0	25,3	22,4	29,0	11,2	10,4	21,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos...	28,3	28,5	27,8	25,6	28,0	22,5	27,3	26,5	36,7
Mais de 2 a 3 salários mínimos...	14,5	16,2	8,8	8,9	11,6	5,6	18,2	18,4	15,8
Mais de 3 a 5 salários mínimos...	11,8	13,8	5,3	5,8	8,3	2,6	17,1	17,6	10,1
Mais de 5 salários mínimos .....	8,2	9,9	2,6	3,6	5,6	1,0	13,0	13,7	5,2
Mais de 10 salários mínimos .....	5,1	6,4	1,1	2,2	3,7	0,4	7,6	8,1	2,0

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui a população residente rural da Região Norte. (2) Exclui sem declaração de rendimento.

TABELA 1.14

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ATIVA  
COM RENDIMENTOS PARA O BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO,  
POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO OS DECIS E PERCENTIS DA  
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - 1981

CORTES PERCENTUAIS	PERCENTAGENS DOS RENDIMENTOS								
	Brasil (1)			Região Nordeste			Estado de São Paulo		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
10 <sup>-</sup> .....	1,03	0,88	1,96	1,63	1,21	2,72	1,27	1,26	1,63
10 .....	1,88	2,18	2,15	1,79	1,33	2,96	2,36	2,41	3,48
10 .....	2,62	2,96	3,01	2,21	2,95	3,24	3,32	3,26	3,79
10 .....	3,82	3,87	4,51	3,86	3,35	3,82	3,69	3,63	5,33
10 .....	4,56	4,37	5,05	4,36	4,60	6,10	4,90	5,07	5,92
10 .....	5,27	5,81	6,44	5,76	5,63	6,88	6,15	6,08	6,69
10 .....	7,53	7,38	8,10	7,34	6,73	8,33	8,14	8,26	8,20
10 .....	10,12	10,48	9,99	9,27	9,68	11,30	10,44	10,56	10,88
10 .....	15,52	15,83	14,24	14,34	14,87	15,01	16,01	15,93	15,19
10 <sup>+</sup> .....	47,65	46,24	44,55	49,44	49,65	39,64	43,72	43,54	38,89
5 <sup>+</sup> .....	35,17	33,58	33,73	37,52	36,67	29,14	31,36	31,15	27,93
1 <sup>+</sup> .....	15,40	14,32	18,39	17,51	15,93	15,24	13,35	13,23	12,85
Coeficiente de Gini (li- mite infe- rior) .....	0,5783	0,5654	0,5259	0,5797	0,5894	0,4751	0,5377	0,5360	0,4675

FONTE - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusive a população residente rural da Região Norte.

Isto posto, revela-se com maior nitidez o quadro ge-  
ral da concentração pessoal da renda no Brasil, assinalando-se  
o elevado coeficiente de Gini (0,5783), a concentração mais in-  
tensa entre a PEA urbana do que entre a PEA rural e as especifi-



idades regionais na apropriação e concentração desses rendimentos. A discussão acerca da concentração de rendimentos no Brasil não é matéria recente e tampouco desconhecida do público interessado. Contudo, alguns resultados ainda podem ser destacados por seu forte impacto, a exemplo do dado que revela que os 50% mais pobres da PEA brasileira detêm apenas 13,9% da renda disponível, enquanto os 10% mais ricos se apropriam de 47,6% dessa renda. Essas distorções são mais acentuadas na Região Nordeste do que em São Paulo, visto que no Nordeste os 50% mais pobres detêm 13,8% da renda contra 15,5% em São Paulo e os 10% mais ricos concentram 49,4% da renda contra 43,7% em São Paulo. Sabendo-se que o valor nominal desses rendimentos é bem inferior na Região Nordeste se comparado àquele encontrado em São Paulo, compreende-se que o quadro de concentração se agrava naquela Região devido aos níveis ainda mais baixos dos rendimentos.

As informações sobre os rendimentos da população economicamente ativa no Brasil evidenciam os problemas já detectados acerca da distribuição consideravelmente desigual da renda em geral e contribuem para que se tenha sempre presente o fato de que as desigualdades regionais atuam de tal maneira sobre os níveis de distribuição de rendimentos da população que geram situações como a do Nordeste, onde a maioria esmagadora da população ativa percebe níveis de remuneração extremamente aviltados.

Com essas breves considerações acerca da situação social e econômica atual da população brasileira, procurou-se identificar padrões gerais de condições de vida nas regiões consideradas nesse estudo. A partir desse quadro mínimo de referências tentar-se a estabelecer, nos próximos capítulos, as conexões existentes entre os condicionantes sócio-econômicos, os padrões de utilização dos serviços de saúde e a própria percepção da morbidade.